

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.598.721 - RJ (2019/0302960-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : R B D  
**ADVOGADOS** : ROBERTO BASTOS DORIA (EM CAUSA PRÓPRIA) - RJ024189  
HENRIQUE CESAR MONTEIRO BARAHONA RAMOS - RJ093271  
**AGRAVADO** : M 2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA  
**ADVOGADOS** : ADALBERTO LUQUECI THOMAZ - RJ013135  
CARLOS VINÍCIUS NEJAİM RIBEIRO - RJ119217  
CARLO ROBERTO ALVES PINHEIRO E OUTRO(S) - RJ171215

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por R B D contra a decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INTIMAÇÃO NA FORMA DO ART. 513, § 2º, I, DO CPC. ALEGAÇÃO DE NULIDADE E DE EXCESSO DE EXECUÇÃO.*

*1. A alegação de nulidade da intimação é evidentemente protelatória, um sinal da má-fé do devedor, haja vista que distorceu a realidade dos autos com o fito de induzir este colegiado a erro.*

*2. Além do mais, houve a inclusão dos elementos necessários à compreensão e à identificação da decisão cujo teor resumido no órgão oficial não conduz à nulidade.*

*3. No tocante ao sustentado excesso de execução, nos limites da coisa julgada, o réu foi condenado ao pagamento dos encargos condominiais até o trânsito em julgado da decisão.*

*4. Ressalte-se que os cálculos do contador foram elaborados não apenas com base nas premissas fixadas no julgado, como também estão calcados em esclarecimentos do juízo.*

*RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.*

*PREJUDICADO O AGRAVO INTERNO. APLICA- SE AO RECORRENTE MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, NOS TERMOS DO ART. 81 DO CPC/15, NO EQUIVALENTE A 2% DO VALOR ATUALIZADO DA CAUSA" (fl. 127, e-STJ).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 169/176, e-STJ).

No especial, o recorrente aponta violação dos arts. 1.022, incisos II e III, e 489, § 1º, incisos I e IV, do Código de Processo Civil de 2015, argumentando, em síntese, haver omissão no acórdão no tocante ao excesso de execução apontado.

Afirma que foram incluídas parcelas já pagas nos cálculos do contador judicial, o que implica em cobrança em duplicidade e enriquecimento sem causa do recorrido.

Não foram apresentadas contrarrazões.

# Superior Tribunal de Justiça

O Presidente do tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

## **DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

O tribunal de origem dirimiu a controvérsia nos seguintes termos:

*"(...)*

*Em 21/02/2011, o devedor apresentou o depósito no importe de R\$ 32.410,60 (trinta e dois mil quatrocentos e dez reais e sessenta centavos), referente ao valor principal e mais a multa aplicada pelo STJ (fls. 63 do anexo 01).*

*Conforme fls. 69 do anexo 01, o réu, ora agravante, noticiou que deixou apenas de depositar a dívida de condomínio, 'em razão de não existir nos autos cópia da Convenção do Condomínio do Prédio, bem como as Atas que definem o valor da taxa condominial, não só em relação a unidade vendida ao Suplicante como aos demais adquirentes das unidades, conforme comprova a Certidão em anexo, do 4º Registro de Imóveis, expedida em 02/09/2010.'*

*Em 10/09/2012, o juízo de 1º grau proferiu despacho esclarecendo que os valores das despesas condominiais a serem observados pelo contador judicial para elaboração dos cálculos são aqueles acostados pelo exequente às fls. 391/392, visto que fornecidos pela administradora do condomínio, pontuando que eventual irresignação quanto aos valores informados pela administradora deveria ser feita por via própria (fls. 74 do anexo 01).*

*(...)*

*O credor requereu a intimação do devedor, na forma do art. 513, §2º, do NCPC, o que foi determinado pelo juízo em 14/09/2016 (fl. 103 do anexo 01).*

*O réu, então, peticionou alegando nulidade da intimação e excesso de execução, sobrevivendo a decisão recorrida.*

*(...)*

*No tocante ao sustentado excesso de execução, nos limites da coisa julgada, extrai-se dos autos (fls. 172/176; 178/179; fls. 38/41 e 43/46 do anexo 01) que: (i) a sentença julgou procedente em parte o pedido autoral, condenando o réu ao pagamento dos encargos condominiais até o trânsito em julgado; (ii) foi determinada a devolução (a) do valor locativo do imóvel no percentual de 0,5% de seu valor de mercado, após a entrega das chaves; (b) dos encargos tributários (IPTU) e convencionais incidentes sobre o imóvel, pagos pela autora; (iii) a restituição dos valores já quitados pelo réu na forma estabelecida em*

# Superior Tribunal de Justiça

*contrato; (iv) juros de 6% a.a. até 10/01/2003; após, 12% a.a. a partir da citação (para os valores devidos por ambas as partes), além de honorários advocatícios de 10%.*

***Ressalte-se que os cálculos do contador foram elaborados não apenas com base nas premissas fixadas no julgado, como também estão calcados em esclarecimentos do juízo, a exemplo da decisão - preclusa - proferida em 10/09/2012 (fls. 74 do anexo 01):***

*(...)*

***Neste diapasão, rechaça-se o argumento de que 'a dívida condominial é indevida ou incorreta'.***

*Acréscase que a forma de atualização dos cálculos está em consonância com a coisa julgada e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em especial, a súmula 179 da Corte Superior.*

*(...)*

***Portanto, inexistente excesso de execução ou incorreção nos cálculos.***

*Com efeito, o presente agravo tem nítido caráter protelatório, interposto pelo devedor com fundamentos que alteraram a verdade dos autos, distorcendo matérias já preclusas.*

*Importa salientar que a conduta do recorrente já foi observada pelo STJ, que lhe aplicou multa por litigância de má-fé" (fls. 133/141, e-STJ, grifou-se).*

Verifica-se que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

De fato, o Tribunal de origem indicou expressamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo.

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Deixa-se de tratar dos honorários recursais (art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015), visto que o recurso especial é oriundo de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator